

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.186.634 - DF (2017/0263537-8)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : MAURILIO SIQUEIRA MENDES
AGRAVANTE : ADOLFO NEVES DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : ALDO DE ALMEIDA
AGRAVANTE : ALUIZIO GONCALVES LONTRA
AGRAVANTE : ANTONIO DACIO FAGUNDES
AGRAVANTE : CARLOS DE VITA
AGRAVANTE : EDILSON ANDRADE DE MELO
AGRAVANTE : EDSON PAIANI IZIDORO DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : JOSE DE PADUA ARAUJO MENDES
AGRAVANTE : JOSE DUARTE DE SOUZA
AGRAVANTE : RUBEN DA SILVA BENTO
AGRAVANTE : SERGIO CHIOCHETTA
ADVOGADOS : JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA - DF012409
FERNANDO JOSÉ FEROLDI GONÇALVES - DF032246
ANDREA CRISTINA FERREIRA DE OLIVEIRA - DF041573
AGRAVADO : CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS : SÉRGIO EDUARDO FISHER - RJ017119
LUCIANO BANDEIRA ARANTES - RJ085276

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MAURÍLIO SIQUEIRA MENDES E OUTROS contra decisão que inadmitiu o recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO CIVIL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. COISA JULGADA. LIMITES OBJETIVOS. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. EXPURGOS. ÍNDICE INDEXADOR. INCORPORAÇÃO. PRECLUSÃO DAS MATÉRIAS. LIQUIDAÇÃO INDIVIDUAL EM AUTOS APARTADOS. DESNECESSIDADE. ATENDIMENTO AO PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL.

- 1. De acordo com a doutrina, o processo consubstancia uma sucessão de atos jurídicos ordenados e destinados a alcançar a tutela jurisdicional, coordenando a participação dos sujeitos no processo. Dessa forma, a preclusão apresenta-se como instituto fundamental para o bom desenvolvimento do processo, limitando o exercício abusivo dos poderes processuais das partes, para evitar o retrocesso e a insegurança jurídica.*
- 2. No presente caso, verifica-se a existência de decisões anteriores referentes à não incorporação dos expurgos inflacionários à prestações futuras e utilização do índice IPC- IBGE como indexador dos cálculos.*
- 3. Uma vez já decididas as matérias, não pode haver nova análise, porquanto encontram-se preclusas.*
- 4. A possibilidade de liquidação individualizada em autos apartados deve se apresentar como instrumento de efetivação de princípios processuais, tais como a celeridade processual. Nos casos em que o feito encontra-se em fase final de liquidação reputa-se inoportuna a individualização e repetição de atos*

*processuais, vez que prática certamente ocasionaria demora injustificada na
ultimação da lide.*

5. Agravo não provido" (fls. 492/493 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos tiveram o provimento negado (fls. 523/530 e-STJ).

Nas razões recursais (fls. 534/553 e-STJ), os recorrentes alegam violação dos arts. 323, 489, inciso II, § 1º, inciso IV, e § 3º, 502, 503, 505 e 1.022, inciso II, do Código de Processo Civil de 2015. Sustentam, em síntese,

"(...) a existência de omissão no julgado por não ter considerado que a questão em comento se referia à alegação de violação à coisa julgada material e, por isso, não estaria sujeita à preclusão, dado o caráter publicista da matéria. (...)

(...)

Em que pese a clareza e objetividade deste fundamento deduzido pelos recorrentes, plenamente capaz de infirmar a conclusão até então adotada (que havia acolhido a operabilidade da preclusão sem se atentar que a matéria em debate detinha caráter publicista), o Tribunal a quo permaneceu completamente omissos; sequer se manifestou se a matéria epígrafada seria ou não de ordem pública" (fl. 542 e-STJ).

"(...)

Em relação ao capítulo referente à incorporação das perdas inflacionárias apuradas aos valores dos benefícios, o v. acórdão objurgado nitidamente violou o teor da coisa julgada material que originou o título executivo ao manter a r. decisão proferida na instância originária que havia determinado a impossibilidade de 'incorporação' dos percentuais a serem 'reajustados' sobre os valores mensais dos benefícios" (fl. 545 e-STJ).

"(...)

Diante da clareza solar da coisa julgada material, jungida ao pedido inicial e aos demais elementos do r. decisum, não há dúvidas de que a determinação do 'reajuste' dos benefícios só pode se referir à efetiva incorporação dos percentuais de perdas inflacionárias nos próprios valores dos benefícios, tendo como corolário o pagamento de todas as diferenças mensais até o mês em que efetivamente ocorrer a referida incorporação, consequência esta que se pode extrair até mesmo do teor do supratranscrito art. 323 do Código de Processo Civil" (fl. 551 e-STJ).

Contrarrazões às fls. 557/561 (e-STJ).

O recurso foi inadmitido na origem (fls. 563/565 e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A pretensão recursal não merece acolhida.

Inicialmente, no tocante à alegada negativa de prestação jurisdicional, agiu corretamente o Tribunal de origem ao negar provimento aos embargos declaratórios, por inexistir omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado, ficando patente, em verdade, o intuito infringente da irresignação, que objetivava a reforma do julgado por via inadequada. A propósito os seguintes julgados:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. (...)

1. Não merece prosperar a tese de violação do art. 1.022 do CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.

2. Sendo assim, não há que se falar em omissão do aresto. O fato de o Tribunal a quo haver decidido a lide de forma contrária à defendida pela recorrente, elegendo fundamentos diversos daqueles por ela propostos, não configura omissão ou qualquer outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.

(...)

5. Agravo interno a que se nega provimento" (AgInt no REsp1.624.885/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, Segunda Turma, julgado em 16/3/2017, DJe24/3/2017).

"RECURSO ESPECIAL - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - INOCORRÊNCIA - PRECLUSÃO - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AO FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF - TRANSAÇÃO E PRESCRIÇÃO - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211/STJ - PRODUÇÃO DE PROVAS - CRITÉRIO DO MAGISTRADO - JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - CERCEAMENTO DE DEFESA - OCORRÊNCIA, NA ESPÉCIE - RECURSO IMPROVIDO.

1. Os embargos de declaração consubstanciam-se no instrumento processual destinado à eliminação, do julgado embargado, de contradição, obscuridade ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha pelo Tribunal, não se prestando para promover a reapreciação do julgado.

(...)

6. Recurso improvido" (REsp 1.134.690/PR, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, Terceira Turma, julgado em 15/2/2011, DJe 24/2/2011).

Ademais, o acórdão recorrido, ao tratar a questão da incorporação dos expurgos inflacionários, assim pontificou:

"(...)

Com efeito, em momento algum o dispositivo sentencial acolhe a expressão incorporação ou qualquer termo análogo. Assim, de plano, **não se pode afirmar que a incorporação em parcelas futuras faz parte dos limites objetivos da decisão que fez coisa julgada. Por outro lado, o dispositivo é claro ao delimitar o período a que se deve aplicar o referido reajuste 'no período de setembro de 1989 a agosto de 1996'.** (fl.167).

No entanto, ainda que o explanado seja suficiente para a correta delimitação dos limites objetivos da decisão, pode-se, na forma do artigo 489, §3º do Novo Código Civil (como apontado pelos recorrentes à fl.11) obter-se maiores elucidações dos fundamentos sentenciais.

Reproduzo, portanto, trecho pertinente encontrado à fl.166 dos presentes autos. A conferir:

'Todavia, o objetivo da presente ação não é a de elevação ou reajuste do benefício de complementação de aposentadoria paga aos autores pela ré, mas sim de reposição de perda monetária do mesmo de forma a possibilitar a manutenção do poder aquisitivo daquele em face da inflação acumulada no período.

Abro aqui um parêntese para esclarecer que os autores ao formularem o pedido pleitearam o reajuste dos valores das aposentadorias. Entendemos que a pretensão não é efetivamente de aumento, mas sim de reposição de perdas e assim será decidido.

Se se tratasse simplesmente de um pedido de aumento no período referido na inicial, seria indevido, porque contrário ao disposto no Estatuto, já que não houve comprovação de elevação dos vencimentos dos associados em atividade.'

Desde a sentença, portanto, foi afastada a possibilidade de incorporação, ou tratar-se o referido pedido de 'aumento', tratando-o como reposição de prejuízos. É de se ressaltar o entendimento originário de que a incorporação de percentuais não poderia ser deferido, vez que os aumentos aos benefícios deveriam guardar correspondência aos vencimentos de empregados em atividade.

Portanto, resta claro que o referente pedido também resta precluso, vez que não consta nos autos qualquer alteração quanto ao ponto ou qualquer recurso pendente quanto ao tema. Pelos mesmos motivos do pleito anterior merece, também, ser improvido" (fls. 501/502 e-STJ - grifou-se).

Nesse contexto, para o acolhimento da tese pleiteada pela parte agravante, imprescindível exceder os fundamentos do acórdão impugnado para adentrar no reexame das provas, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ.

Sobre o tema:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. PREVIDÊNCIA PRIVADA. AÇÃO DE COBRANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AFRONTA AO ART.

535 DO CPC/73. NÃO OCORRÊNCIA. LAUDO PERICIAL. HOMOLOGAÇÃO. OCORRÊNCIA DE PRECLUSÃO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211 DO STJ. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

(...)

3. Não há que se falar em afronta ao art. 535 do CPC/73 quando o acórdão recorrido resolve fundamentadamente a questão pertinente à necessidade de elaboração de novo laudo pericial e aos honorários advocatícios fixados na execução provisória.

(...)

5. Para infirmar a conclusão a que chegou o Tribunal de origem quanto à ocorrência de preclusão, seria necessário o reexame dos elementos fático-probatórios dos autos, soberanamente delineados pelas instâncias ordinárias, o que é defeso nessa fase recursal, a teor da Súmula nº 7 do STJ.

6. Agravo interno não provido" (AgInt no REsp 898.626/MG, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, Terceira Turma, julgado em 23/8/2016, DJe 1º/9/2016).

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e negar-lhe provimento.

Deixo de fixar os honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), haja vista que o recurso especial ao qual se negou provimento é oriundo de acórdão proferido por ocasião de julgamento de agravo de instrumento, sem fixação de honorários sucumbenciais.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 19 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator